

A persistência do discurso militarista no pós-ditadura: da discrição e furtividade dos jornais à exposição e orgulho das redes sociais

Rosiene Aguiar-Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia Brasil
Endereço eletrônico: roseaguiar.contato@outlook.com

Gerencie Ribeiro de Oliveira Cortes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia Brasil
Endereço eletrônico: gcortes@uesb.edu.br

1375

Palavras-chave: Discurso militarista-ditatorial. Arquivos subterrâneos. Discurso midiático digital

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo, neste estudo¹, é analisar como o discurso militarista funcionou no Brasil após o fim do período ditatorial, durante o restabelecimento do regime democrático. Dessa forma, buscamos compreender como as redes de memória do discurso militarista se manifestam nas camadas subterrâneas dos arquivos midiáticos, abrangendo o início da redemocratização no país, especialmente na década de 1990.

Consideramos a republicação de discursos militaristas na mídia digital, que originalmente foram formulados em espaços da mídia tradicional, como um acontecimento discursivo. Esse processo representa uma atualização da memória da ditadura, criando um ponto de encontro entre um presente e uma memória histórica desse período.

¹ Este resumo é um recorte da tese de doutorado da autora principal (Aguiar-Santos, 2023), no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O trabalho, intitulado “A memória discursiva da Ditadura Civil-Militar brasileira nas mídias digitais: dos arquivos subterrâneos ao acontecimento”, está disponível na íntegra no banco de teses e dissertações da Plataforma Sucupira. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=15022004 Acessado em julho de 2024.

Realização:



Apoio:



A Análise de Discurso (AD), formulada pelo filósofo Michel Pêcheux (1995) na França no final da década de 1960, serve como base teórica para nossos gestos interpretativos. A AD oferece novas abordagens para a leitura das materialidades, indo além da superfície do texto, com o objetivo de compreender o que está expresso explicitamente e, também, o que está implícito. Nessa perspectiva, os sentidos não estão na literalidade do significante, mas funcionam por determinações ideológicas que se manifestam no contexto sócio-histórico.

A seguir, apresentamos o processo metodológico deste estudo.

METODOLOGIA

Para esta análise, selecionamos duas materialidades. A sequência discursiva (SD1), que consiste em trecho de uma entrevista do então deputado federal Jair Bolsonaro concedida ao jornal *Estado de Minas* em dezembro de 1998. Esta entrevista foi republicada em edição *online* em 2018, que constitui nossa segunda sequência discursiva (SD2), e compartilhada nas redes sociais do jornal. A SD2 consiste em um conjunto de comentários de internautas que seguem o perfil do jornal *Estado de Minas* na rede social *Facebook*. Esses comentários foram gerados a partir da republicação da entrevista SD1 de 1998 em 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A entrevista constitutiva do *corpus* deste estudo foi publicada no jornal *Estado de Minas* em dezembro de 1998, exatamente 30 anos após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que marcou o ápice da rigidez do regime ditatorial no Brasil². Na entrevista de 1998, realizada pelo jornalista do *Estado de Minas* em comemoração aos 30 anos do AI-5, o então deputado Jair Bolsonaro foi questionado se o Brasil estaria melhor se não tivesse passado por essa lei (SD1). Sua resposta é que o AI-5 deveria ser reeditado e reflete o a posição-sujeito ocupada no discurso pelo entrevistado, com determinações da ideologia autoritária e militarista. O então deputado se posiciona

² O AI-5 conferiu ao governo militar prerrogativas legais para intensificar a perseguição aos seus opositores, consolidando o autoritarismo e intimidando qualquer forma de oposição no país. Entre suas medidas estavam o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos, prisão de políticos opositores e a nomeação de interventores para estados e municípios.

Realização:



Apoio:



discursivamente como defensor da Ditadura Civil-Militar e do AI-5, apresentando esta lei infame com sentidos positivos, como um instrumento eficaz no combate à corrupção.

Seqüência Discursiva 1 (SD1)



1377

Figura 1 – Entrevista do jornal *Estado de Minas* com Jair Bolsonaro em 1998
Fonte: Estado de Minas (2018).³

Destaca-se que no discurso enunciado, os aspectos históricos significativos do AI-5 são deliberadamente omitidos. Esta omissão inclui a cassação de direitos, prisões, torturas etc., todos elementos que caracterizaram o período ditatorial. Este discurso também distorce a luta contra a repressão causada pelo AI-5, ao endossar os poderes totalitários concedidos aos presidentes militares para perseguir e coagir opositores. O discurso que defende a reedição do AI-5 funciona com sentidos antidemocráticos e inconstitucionais. Esse funcionamento é visto na entrevista, quando os significados atribuídos ao AI-5 variam conforme a FD militarista ou democrática.

Vinte anos depois, em 2018, o discurso inscrito na entrevista se repete, movendo-se do jornal impresso de circulação regional, que é um arquivo subterrâneo da mídia Aguiar-Santos, 2023), para o site e redes sociais do mesmo veículo de imprensa. Isso resultou em outros sentidos impulsionados pelas características do ambiente digital.

³ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/12/12/interna_politica,1012696/ha-20-anos-jair-bolsonaro-defendia-reedicao-do-ai-5.shtml Acessado em junho de 2021.

Realização:



Apoio:



Sequência Discursiva 2 (SD2)



1378

Figura 2 - Captura de tela de comentários sobre a entrevista
Fonte: Facebook (2018)⁴

O primeiro comentário da SD2 apresenta o AI-5 como uma lei que traria benefícios ao país. Contudo, quando questionado por um segundo usuário que não comunga com os saberes da FD militarista-ditatorial, isso sugere que o AI-5 não teria medidas eficazes para beneficiar o país, conforme sugerido inicialmente.

Observamos o funcionamento de sentidos de ignorância quanto ao que foi o AI-5, uma vez que essa lei só trouxe medidas autoritárias e que, inclusive, são citadas e trazidas para a discussão na SD2, em que ocorre a contestação de não haver qualquer possibilidade de benefício do AI-5, a exemplo da censura à imprensa e à liberdade de expressão e de manifestação.

Nesse sentido, nenhuma medida do AI-5 teria o potencial de resolver os problemas do país; pelo contrário, poderiam exacerbá-los, considerando os impactos negativos dessa lei no passado. Esses sentidos são destacados na SD2 através da resistência expressa no

⁴ Todos esses comentários printados foram feitos em 12 de dezembro de 2018. Disponíveis em: https://www.facebook.com/EstadodeMinas/posts/pfbid031U1ZbMWArnQ1SEmyYEchkoypXxur6S76B8dM2SojC9wGvKTTYRwT79gbr4Hdit6l?comment_id=2104676566245426. Acessado em junho de 2022.

Realização:



Apoio:



quarto comentário, refletindo um posicionamento crítico semelhante ao presente na entrevista de 1998 analisada na SD1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória discursiva da Ditadura Civil-Militar brasileira ressurge e se atualiza nas redes digitais, como evidenciado pela republicação de discursos favoráveis ao AI-5, como na entrevista de Jair Bolsonaro em 1998 e sua repercussão em 2018. Esse processo revela um embate constante de sentidos: enquanto alguns discursos legitimam o AI-5 como um instrumento contra a corrupção, outros contestam vigorosamente, apontando para os abusos de direitos humanos e as restrições à liberdade durante o regime militar. A análise demonstra que o discurso militarista persiste e se fortalece nas plataformas digitais, encontrando novas formas de legitimidade e visibilidade.

1379

REFERÊNCIAS

AGUIAR-SANTOS, Rosiene. **A memória discursiva da Ditadura Civil-Militar brasileira nas mídias digitais: dos arquivos subterrâneos ao acontecimento**. 2023 Orientadora: Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes. 264f. (Tese de Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=15022004 Acessado em julho de 2024.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* – 2. Ed. – Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1995. Edição original: 1975.

Realização:



Apoio:

